

## PODER

Cotado para chapa com Lula visando as eleições deste ano, Alckmin teme que o petista, se eleito, reveja uma série de leis, principalmente, a reforma trabalhista

# “Revogações” do PT causam apreensão

» LUANA PATRIOLINO  
» RAPHAEL FELICE

O flerte entre o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva corre o risco de não se concretizar numa chapa para as eleições deste ano. O ponto de discórdia está no fato de o petista e de outras lideranças do partido defenderem a revogação da reforma trabalhista, em vigência desde o governo Michel Temer.

A intenção da cúpula do PT pode afastar Lula do centro político. Diante da situação, Alckmin demonstrou preocupação com o posicionamento do ex-presidente e já conversa com outras legendas sobre o seu futuro. Ao mesmo tempo, adversários de Lula levantam temor de mudanças bruscas na política econômica num eventual governo do PT.

O plano de Lula se aproximar de políticos e partidos fora da esquerda faz parte de uma estratégia para tentar liquidar as próximas eleições ainda no primeiro turno, possibilidade mostrada em pesquisas eleitorais. No entanto, nos últimos dias, integrantes do PT, como a presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR), defenderam nas redes sociais a completa revogação da reforma trabalhista.

“Está na hora de revogar o que deu errado: Lei do Teto, a reforma que não gerou empregos, política de preços dos combustíveis. Deter a privatização selvagem e reverter os contratos lesivos ao país”, declarou a parlamentar.

A preocupação com esses temas foi expressada por Alckmin ao presidente do Solidariedade, Paulinho da Força, durante café da manhã entre os dois ontem, na capital paulista. O sindicalista aproveitou a ocasião para convidar o ex-tucano a se filiar à legenda.

Ricardo Stuckert



**Na expectativa de ser vice de Lula, Alckmin foi convidado a se filiar ao Solidariedade**

Segundo o político, o tema já tinha sido abordado antes e, agora, “é só aguardar”.

### Equívoco

Na avaliação do cientista político André César, Lula se equivocou ao colocar em discussão a reforma trabalhista neste momento. “Eu acho que é um erro crasso, por conta da história do Lula. Ele colocou na mesa um tema complicado e polêmico e que não estava em pauta. A mídia reagiu, o mercado reagiu e os adversários, também”, frisou.

Para César, Alckmin pode fazer alianças mais estáveis, caso queira disputar algum cargo no pleito deste ano. “O partido mais ‘natural’ depois que ele saiu do PSDB, seria o PSD, de Gilberto Kassab. Para Alckmin, é uma legenda muito mais interessante, que tem um guarda-chuva muito maior, que tem estrutura

e pretensões fortes”, observou.

Já o advogado trabalhista e professor de direito do trabalho do Centro Universitário de Brasília (Ceub) Claudio Santos entende que a reforma tem pontos positivos, mas não entregou o seu principal objetivo: geração de empregos. “Não facilitou a criação, não gerou novos contratos. Por mais que a economia não tenha ajudado, a reforma não cumpriu a missão que ela queria, que era diminuir o desemprego”, apontou.

O especialista citou aspectos positivos da legislação, como o trabalhador poder escolher como vai tirar as férias e negociar as horas extras, mas frisou que a revogação de tudo que foi feito em 2017 pode ser positiva para o mercado. “Nesse caso, as leis trabalhistas se enquadrariam ao que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) entende como positivo para o trabalhador e fortalecerá

os direitos coletivos”, concluiu.

A possibilidade de aliança entre Lula e Alckmin provocou críticas nas alas mais radicais da esquerda e dos eleitores da chamada centro-direita. Isso porque os dois políticos já tiveram desavenças e teriam agendas conflitantes em relação às demandas do país.

Para o cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), o comportamento dos políticos demonstra uma espécie de promoção pessoal. “Eles foram adversários e, em certo momento, eu diria até que foram inimigos. É uma incoerência muito grande, porque são adversários históricos. Então, vai ser difícil não passar uma imagem de oportunismo se unindo àqueles que sempre combateram”, enfatizou.

## PRF reage à ameaça de ficar sem reajuste

» ISRAEL MEDEIROS

Após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ameaçar vetar qualquer reajuste para servidores públicos em 2022 — mesmo após o governo prever R\$ 1,7 bilhão no Orçamento para aumento salarial de integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) —, a relação do Executivo com o funcionalismo azedou mais. Isso porque, agora, além dos servidores da elite e do carreirão, os próprios policiais, importante base eleitoral de Bolsonaro, podem se rebelar contra o presidente.

Na Polícia Rodoviária Federal (PRF), o clima é de apreensão. Se o plano de reestruturação enviado ao Executivo não for colocado em prática, a situação ficará insustentável tanto do ponto de vista operacional quanto do político. Foi o que disse o presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Dovercino Neto, em entrevista ao **Correio**.

Para ele, se o governo federal voltar atrás em sua palavra e desistir de fazer uma reestruturação da categoria, o órgão “vai virar o caos”. O reajuste salarial é parte da reestruturação demandada pela entidade. “Isso é preocupante, porque para o nosso colega da PRF, essa possibilidade de não ter a tão sonhada reestruturação da carreira não existe. Isso vem sendo falado pelo próprio Bolsonaro desde 2019”, enfatizou.

De acordo com Neto, “em todas as oportunidades que ele (Bolsonaro) teve, disse que (a reestruturação) sairia. Nosso colega não conta com essa possibilidade (de não sair). E como isso é uma decisão política, pode ocorrer de não sair. Caso não saia, na PRF será o caos”, pontuou.



**Nossos colegas não contam com essa possibilidade (de não sair reajuste). Como isso é uma decisão política, pode ocorrer de não sair. Caso não saia, na PRF, será o caos”**

**Dovercino Neto,**  
presidente da FenaPRF

O pedido de reestruturação da PRF foi entregue pelo ministro da Justiça, Anderson Torres, a Bolsonaro no ano passado. Segundo Neto, apesar de o reajuste ser uma das demandas, a reestruturação é uma proposta que vai além disso. “O que faz com que a PRF cresça, ano a ano, é o policial, o empenho que o policial coloca no seu dia a dia. E nós estamos com essa promessa de reestruturação desde 2012”, destacou. “Queremos uma reestruturação. Estamos no limite, não tem mais como dar errado. Caso não saia, para nós vai ser um desastre. Aumento, a gente busca também, porque temos a pior tabela salarial de gestão dentro do Executivo. Mas queremos outras alterações. Nosso projeto é grande, não é só reajuste.”

### Avaliação

Caso o governo decida vetar o montante destinado à PRF no Orçamento de 2022, conforme Neto, a saída será reunir os

PRF/Divulgação



**A PRF está entre as categorias com previsão de ganhar aumento**

sindicatos estaduais em assembleias para definir de que forma prosseguir. Ele descartou, no entanto, uma união com as demais carreiras do setor público que estão se mobilizando em busca do reajuste, já que os movimentos começaram como um protesto ao aumento para os policiais.

“Isso é uma questão delicada, porque o fato de o governo ter prometido essa verba para as polícias gerou uma guerra, outras categorias estão nos atacando, como se quiséssemos aumento só para nós. Não é isso, estamos brigando pela valorização do nosso policial”, destacou. “Não fizemos qualquer trabalho contrário às outras categorias. Não trabalhamos dessa forma. Se o governo vai nos atender ou só a polícia é algo que foge ao nosso controle.”

Enquanto isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, busca uma forma de contornar a grave crise que aparece em seu horizonte. Ele fez, ontem, a primeira

reunião do ano com sua equipe ministerial, na qual um dos temas foi o reajuste de servidores. O ministro sempre se posicionou contra a reposição salarial e tem histórico ruim no trato com os funcionários públicos. Já chamou servidores de parasitas e disse que gostaria de colocar uma granada em seus bolsos.

“Como vamos dialogar com um senhor como esse?”, questionou um sindicalista ouvido pela reportagem, ao explicar que o ministério ainda não deu qualquer retorno às tentativas de contato dos sindicatos, que prometem parar já no dia 18.

No Banco Central, órgão afetado pela mobilização em torno do reajuste, a situação pode avançar hoje. Isso porque o sindicato dos servidores vai se reunir com o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, para cobrar uma definição sobre o tema. A conversa, à tarde, será no formato virtual.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## A tragédia do Capitólio é a alegoria de um desastre nacional

Muito usada por pensadores gregos, como Platão, autor da mais famosa delas, o *Mito da Caverna*, uma alegoria pode ter vários significados, que transcendem ao seu sentido literal. Representa uma coisa por meio da aparência de outra, uma metáfora ampliada. Com 10 pessoas mortas — todas já identificadas, a maioria da mesma família, ocupantes da lancha Jesus, atingida pelo desmoronamento de parte de uma das escarpas do grande cânion da represa de Furnas —, a tragédia do Capitólio (MG) é a alegoria de um desastre nacional anunciado.

Registrado por meio de vídeos e fotos de turistas que presenciaram a tragédia, o flagrante do acidente do Capitólio é chocante. Em circunstâncias normais, um passeio de lancha no local contrastaria fortemente com as imagens de desespero e dor de milhares de famílias desabrigadas pelas enchentes em diversas cidades mineiras, muitas das quais ainda submersas, repetindo o que ocorreu na Bahia há duas semanas. O que era para ser uma tarde de sábado magnífica se transformou na tragédia que comove o país, enquanto chuvas torrenciais castigam Minas Gerais.

Foi uma fatalidade. Entretanto, o gerenciamento de risco ensina que acidentes desse tipo não acontecem de uma hora para outra, são tecidos por meio de uma sucessão de fatos identificáveis e de consequências previsíveis. Contingências e erros acabam confluindo para um desfecho catastrófico. Em quaisquer circunstâncias, mesmo num período de seca, as rochas que desabaram se desprenderiam, porque a erosão progressiva da escarpa estava em curso irreversível. O fenômeno é muito estudado por geólogos. O Rio de Janeiro vive permanentemente esse tipo de problema, por causa de suas encostas, muitas delas ocupadas por favelas e/ou circundadas por habitações e logradouros. Ou seja, o acidente poderia ter sido evitado.

É uma metáfora com o que está acontecendo no país, neste começo de ano sob temporais. Fomos surpreendidos pela quarta onda da pandemia, que já chegou com tudo, conforme se pode observar por meios dos relatos de médicos e pelas imagens registradas no pronto-atendimento dos pontos de saúde. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, utiliza um subterfúgio antiquado para esconder da opinião pública o que está acontecendo: tapar o sol com a peneira. O apagão de dados do SUS, que impossibilita uma avaliação precisa da propagação da variante ômicron, não impede que as pessoas fiquem doentes. Uma epidemia de Influenza N3N2, que chegou ao país muito antes do previsto, agrava ainda mais a situação.

Nas redes sociais, circula um vídeo de um bando de pequenos pássaros numa praia que se movimentam de forma sincronizada: quando as ondas vêm, eles se afastam do mar; quando se vão, eles se aproximam das águas. Sempre tem uma ave mais afoita ou um retardatário que acabam alcançados pelas ondas. Um gozador resolveu comparar essas imagens com o nosso comportamento diante da covid-19. A grande maioria participou de confraternizações de Natal e ano-novo. Os mais afoitos ou descuidados acabaram doentes. Agora, diante do avanço da ômicron, os desfiles de blocos e escolas de samba, os bailes e outros eventos de carnaval estão sendo cancelados. As viagens também.

**O APAGÃO DE DADOS DO SUS, QUE IMPOSSIBILITA UMA AVALIAÇÃO PRECISA DA PROPAGAÇÃO DA VARIANTE ÔMICRON DA COVID-19, NÃO IMPEDE QUE AS PESSOAS FIQUEM DOENTES**

### Vacinação

Medidas de prevenção estão sendo tomadas pelas autoridades sanitárias, prefeitos e governadores, porém, contrastam fortemente com o comportamento negacionista do presidente Jair Bolsonaro, cujas atitudes são previsíveis. Estima-se que a quarta onda dure de dois a três meses, com base no que aconteceu na África do Sul, onde surgiu a variante ômicron. Naquele país, com 56 milhões de habitantes, em 106 dias, os casos subiram de dois mil para 20 mil por dia e, depois, voltaram para dois mil. Estudos mostram que essa variante é menos letal do que a delta, mas é preciso levar em conta a diferença de escala demográfica, pois o Brasil tem 212 milhões, ou seja, caso haja um grande número de contaminados, a baixa letalidade, em termos quantitativos, pode representar muitos óbitos.

Muitas pessoas com a terceira dose de vacina estão contraindo e propagando a doença, a maioria de forma branda ou assintomática. Cerca de 25% dos brasileiros não tomaram sequer a primeira dose da vacina, principalmente as crianças; 33%, tomaram somente uma dose. É muita gente, o que compromete o controle da pandemia. Por isso, é grande o risco sanitário. Por causa do apagão de dados do SUS, não se sabe bem o que está ocorrendo em termos estatísticos, mas os indícios de que a economia já está sendo afetada pela situação sanitária são evidentes, devido ao número de pessoas afastadas do trabalho, o que deve agravar a recessão e complicar ainda mais a situação da população de baixa renda, que sofre com a fome e o desemprego.